

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	551901
Entrada/Saída n.º	256
Data	21/6/2016

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia, Inovação
e Obras Públicas
Deputado Hélder Amaral

Assunto – PEDU [Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano]

Estava prevista para esta terça-feira dia 31 de Maio a assinatura dos contratos dos planos estratégicos de desenvolvimento urbano – PEDU-, havendo a expectativa de que o vínculo pudesse ser assinado entre o Governo e todos municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), numa cerimónia que teve lugar em Santa Maria da Feira.

No entanto e conforme referiu a imprensa *“ainda antes do início da sessão, o presidente da Câmara Municipal do Porto (CMP), Rui Moreira, utilizou as redes sociais e o portal oficial da autarquia para informar que não iria marcar presença e que, conseqüentemente, não iria rubricar o acordo”*, no que foi secundado por outros presidentes de Câmaras da Área Metropolitana do Porto, em concreto Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Gondomar.

O modelo de governação dos Programas Operacionais Regionais (onde se inclui o NORTE 2020), previsto no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 2014-09-12, baseia-se numa estrutura de órgãos que exercem competências nas seguintes categorias: coordenação política, coordenação técnica, gestão, certificação, pagamento, auditoria e controlo, monitorização e avaliação, acompanhamento, acompanhamento das dinâmicas regionais, articulação funcional e curador do beneficiário.

No entanto, segundo o “EXPRESSO”, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, tomou, então, a liderança deste debate. Após uma negociação direta com o autarca, o Governo ordenou a Emídio Gomes que lançasse um aviso para um concurso de 20 milhões de euros que permitiria reforçar a dotação do Porto e de alguns outros municípios da Área Metropolitana, no âmbito da medida 9.1.



Tendo em conta as competências específicas do presidente da CCDR-N (por inerência Gestor do NORTE 2020), ficam pouco claras as decisões tomadas, assim como, sobre quem recaem as responsabilidades sobre este triste episódio desenvolvido entre governo, instituições públicas e autarquias.

Porque o ocorrido não prestigia as instituições nacionais nem os mais altos responsáveis pelas mesmas, merecendo toda a atenção e carecendo de uma resolução rápida.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD vem, por este meio, requerer a Vossa Excelência, as necessárias diligências no sentido de serem ouvidos com carácter de urgência nesta Comissão a que V. Exa preside, os senhores, presidente da CCDRN, e Ministro do Planeamento e Infraestruturas.

Lisboa, 1 de Junho de 2016.

Os Deputados,